

**VI Semana Internacional de Pedagogia**

**“Pedagogia em MovimentUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”**



**II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas**  
**I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas**

**“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”**

**De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil**

ISSN: 1981 - 3031

**Novos cenários educacionais: a inclusão escolar de crianças com Síndrome Congênita do Zika em Alagoas.**

**Cilmara Santos da Silva<sup>1</sup>**  
**cilmarasantos96@gmail.com**  
**Elisangela Leal de Oliveira Mercado<sup>2</sup>**  
**elisangela.mercado@cedu.ufal.br**  
**Francieli Ribeiro Silva Pinto<sup>3</sup>**  
**infoedupedagogiaufal@gmail.com**

**Resumo**

O presente estudo faz parte de uma pesquisa que visa compreender os novos desafios impostos à inclusão escolar com o acesso e permanência de crianças com a Síndrome Congênita do Zika (SCZ) nas instituições de Educação Infantil. Tem o intuito de identificar o cenário de crianças com a Síndrome Congênita com Zika e suas famílias em Alagoas, buscando conhecer os municípios e regiões que foram mais acometidas. Baseado em pesquisa bibliográfica e análise documental das tabelas de notificação da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas e Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde. A literatura consultada e análise dos documentos coletados levam a conhecer as particularidades de cada criança e sua família, a fim de que seja traçadas políticas educacionais voltadas a inclusão escolar nas instituições de Educação Infantil. Os resultados apontam que criar políticas intersetoriais são necessárias para permitir a garantia de creche para estas crianças, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e profissional de apoio escolar conforme preconiza as normativas nacional.

**Palavras Chaves:** Inclusão Escolar; Educação Infantil; Zika; SCZ – Síndrome Congênita do Zika.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil (2016).  
 Professora do Centro de Educação – CEDU/UFAL.

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas.

## 1 Introdução

Em Alagoas, a epidemia do Zika esteve silenciada ou silenciosa até meados de 2016, ainda que o primeiro médico infectologista de Alagoas tenha tentado, desde abril, identificar a presença deste arbovírus (DINIZ, 2017). O presente estudo faz parte de uma pesquisa que visa compreender os novos desafios impostos à inclusão escolar com o acesso e permanência de crianças com a Síndrome Congênita do Zika (SCZ) nas instituições de Educação Infantil.

Baseado em pesquisa bibliográfica realizadas em artigos e periódicos do Scielo sobre Zika ou Síndrome Congênita do Zika, realizaremos a análise documental de tabelas de notificação da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas e do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, com a finalidade de identificar o cenário de crianças com a Síndrome Congênita com Zika e suas famílias em Alagoas, buscando conhecer os municípios e regiões que foram mais acometidas.

## 2 Vírus Zika no Brasil: dados da literatura

O vírus Zika é um vírus do gênero *Flavivirus*<sup>4</sup>, da mesma família do vírus da Dengue, Febre Amarela e Encefalite do Nilo, (BRASIL, 2016a) Em humanos são transmitidas pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, causando uma doença chamada Zika, que embora raramente acarrete complicações para seu portador, apresenta indícios de causa da microcefalia congênita quando adquirido por gestante.

Na América Latina, no primeiro semestre de 2015 observou-se um surto do vírus da Zika. Com sintomas mais brandos que a Dengue e a febre Chikungunya, a Zika foi ignorada pelas agências de saúde, mas com o aumento dos casos e complicações neurológicas, ortopédicas e outras alterações que acarretou a Zika passa a chamar atenção dos organismos internacionais de Saúde (OMS<sup>5</sup>, OPAS<sup>6</sup>).

---

<sup>4</sup> Flavivirus é um gênero de vírus na família Flaviviridae. Os flavivírus são nomeados pelo vírus da febre amarela, o tipo de vírus para a família; A palavra "flavus" significa "amarelo" em latim. O nome "febre amarela" originou-se de sua propensão para causar icterícia amarela nas vítimas.

<sup>5</sup> Organização Mundial de Saúde

<sup>6</sup> Organização Pan-Americana da Saúde

Em 2016 o Ministério da Saúde como desdobramento do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia lança as Diretrizes de Estimulação Precoce para Crianças de 0 a 3 anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor decorrente de Microcefalia (BRASIL, 2016b), com a finalidade de auxiliar os profissionais da Atenção Básica no atendimento às crianças com microcefalia. Com o acompanhamento às crianças pesquisadores e médicos foi observado que o vírus Zika, além da microcefalia ocasionava desproporção craniofacial, convulsões, irritabilidade, espasticidade, disfunção do tronco encefálico, problemas de deglutição, contraturas de membros e outros.

Este conjunto de sintomas e sinais, designado como Síndrome Congênita do Zika (SCZ), pode apresentar gravidade variável e sintomatologia diversa, como: artrogripose, malformação osteomusculares, ventriculomegalia, microcalcificação no tecido neurológico cerebral, hipotrofia cortical e alterações visuais e auditivas (BRASIL, 2017). Ainda não se conhecem completamente as consequências da SCZ para a saúde e a esperança de vida das crianças acometidas, embora seja notável a gravidade de alguns casos, com evidência de comprometimento mais severo no crescimento e desenvolvimento infantil.

De acordo com Lamônica e Ribeiro (2018) os impactos do vírus Zika no desenvolvimento infantil são diversos. Estudos apontam que alterações anatomofisiológicas, sensoriais (visuais e auditivos) e comprometimento no desenvolvimento cognitivo são comuns e crianças com SCZ. Neste caso, todas as áreas do desenvolvimento podem ser afetadas, como a motora, auditiva, visual, cognitiva, linguística e psicossocial. Nestas circunstâncias os procedimentos de intervenção precoce e estimulação essencial são fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem destas crianças.

Informações recentes indicam que os recém-nascidos das mães que contraíram o vírus do Zika durante a etapa da gestação provavelmente estão sob o risco de terem microcefalia e/ou outras alterações. Os casos da malformação congênita cresceram de modo alarmante no país desde 2015, e muitas relacionadas ao vírus Zika.

Segundo dados do Ministério da Saúde o Brasil sai de 150 casos em 2014 para mais de 3800 em 2015, e até 2018 já foram cerca de 5400 casos notificados. Ainda que a região Nordeste tenha registrado o maior número de crianças

acometidas pelo vírus Zika, em todo o país o vírus segue fazendo suas vítimas. A presença do vetor *Aedes aegypti*, aliada as péssimas condições sócias ambientais e a ausência de políticas públicas de Vigilância Sanitária e Planejamento Familiar, tem possibilitado a proliferação dos vírus da Dengue, Chikungunya, e Zika. Nesse contexto, estudo sobre dados do Sistema de Informação de Nascido Vivos (SINASC), demonstram a prevalência de crianças acometidas da SCZ entre as mães com baixa escolaridade, cor da pele/raça negra e solteira, características marcadoras de condições socioeconômicas mais baixas. Com o crescimento da SCZ o Brasil enfrenta um novo desafio, a construção de políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiências.

### **3 Síndrome Congênita do Zika em Alagoas: o que a realidade revela**

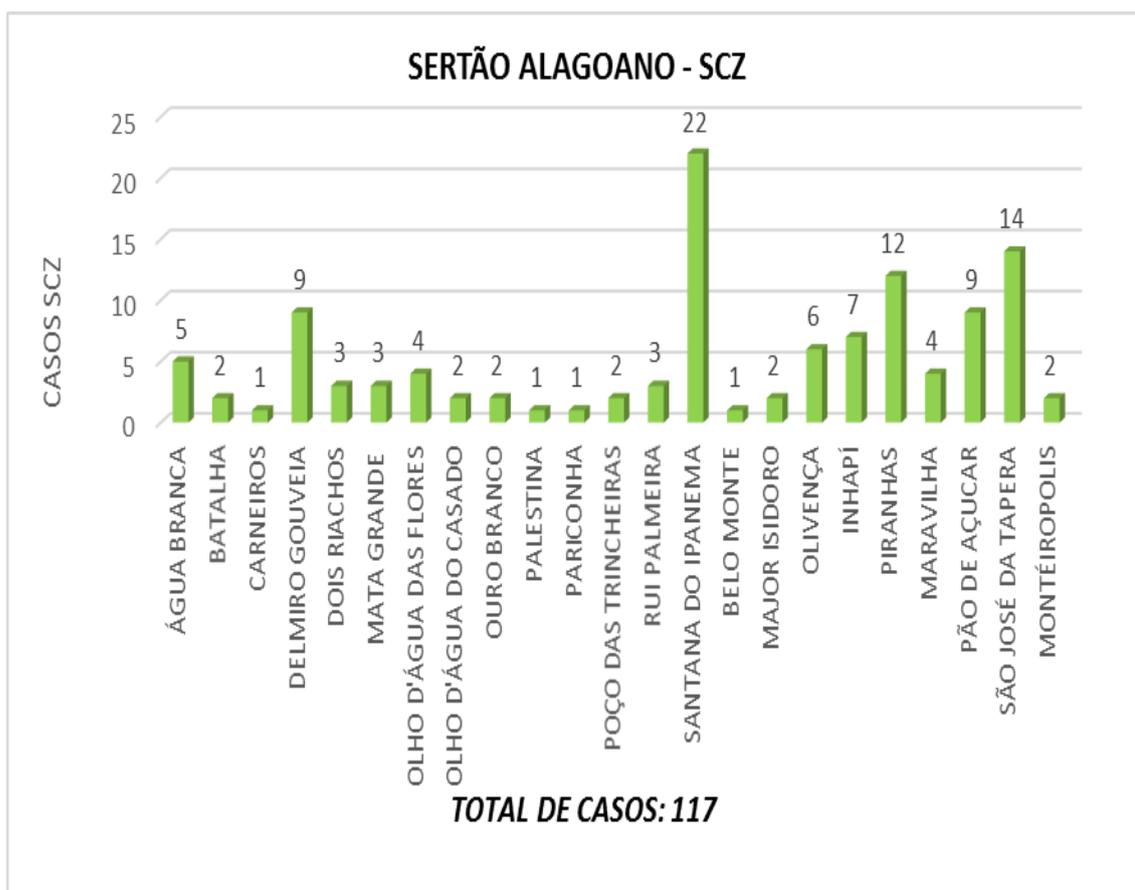
No estado de Alagoas os primeiros casos de Zika foram identificados pelo médico infectologista Celso Tavares através de suas viagens pelo interior do estado (DINIZ, 2017). Apesar da infecção pelo vírus Zika poder ser diagnosticada clinicamente sua confirmação só pode ser feita a partir de teste laboratorial, como em Alagoas havia um sistema de saúde deficitário muitos casos nunca chegaram a ser confirmados a tempo e outros nem foram notificados. Em sua maioria os primeiros casos, seguindo as orientações do Ministério da Saúde se reduziram a medição do crânio da criança para verificar a presença ou não de microcefalia.

No ano de 2015, o estado de Alagoas registrou 162 casos e em 2016, um total de 195 casos num total de 13.490 casos identificados no País. De acordo com os dados fornecidos pela Secretária de Saúde em Alagoas (ALAGOAS, 2017), em meados de 2017, o perfil epidemiológico era de 438 casos notificados, desses 168 casos confirmados para SCZ, 248 descartados, 44 em investigação e 23 óbitos. Na capital Maceió, havia 120 casos notificados, 60 confirmados para SCZ, 13 em investigação, 45 descartados e 2 óbitos. Chamamos a atenção que, as crianças descartadas para SCZ devem continuar a serem acompanhadas pelos profissionais da saúde ao longo da primeira infância, já que o vírus Zika causa alterações que tendem a se manifestar ao longo do desenvolvimento infantil e não apenas na gestação ou nascimento.

No primeiro semestre de 2018, o estado de Alagoas, já registrou 512 casos, sendo 199 confirmados para SCZ, 61 notificado para outros tipos de alterações neurológicas, 22 com alteração ortopédica, 127 casos de microcefalia 45 estão em processo de investigação, 5 casos foram descartados na avaliação médica e 33 em óbitos (ALAGOAS, 2018).

Dentre os números dos casos confirmados em Alagoas, dividindo pelas mesorregiões (Agreste, Leste, Sertão). Identificamos que as cidades com os números elevados de ocorrências localizadas no Sertão Alagoano com o total de 117 casos são Santana do Ipanema com 22 casos, São José da Tapera com 14 e Piranhas com 12 (Gráfico 1).

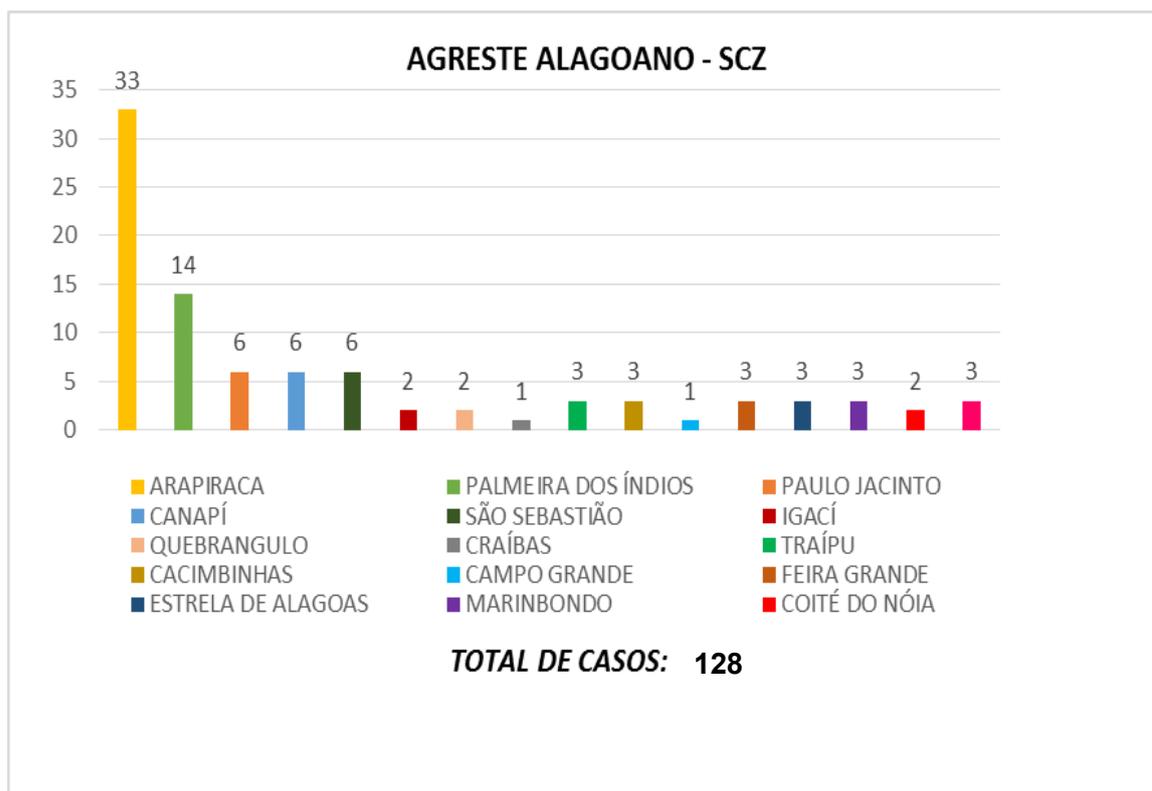
**Gráfico 1 – Casos notificados de SCZ no Sertão Alagoano**



Fonte: As autoras.

No Agreste Alagoano foi identificado um total de 94 casos, a cidade de Arapiraca tem 33 casos e Palmeira dos Índios com 14 foram as que registraram os maiores números (Gráfico 2).

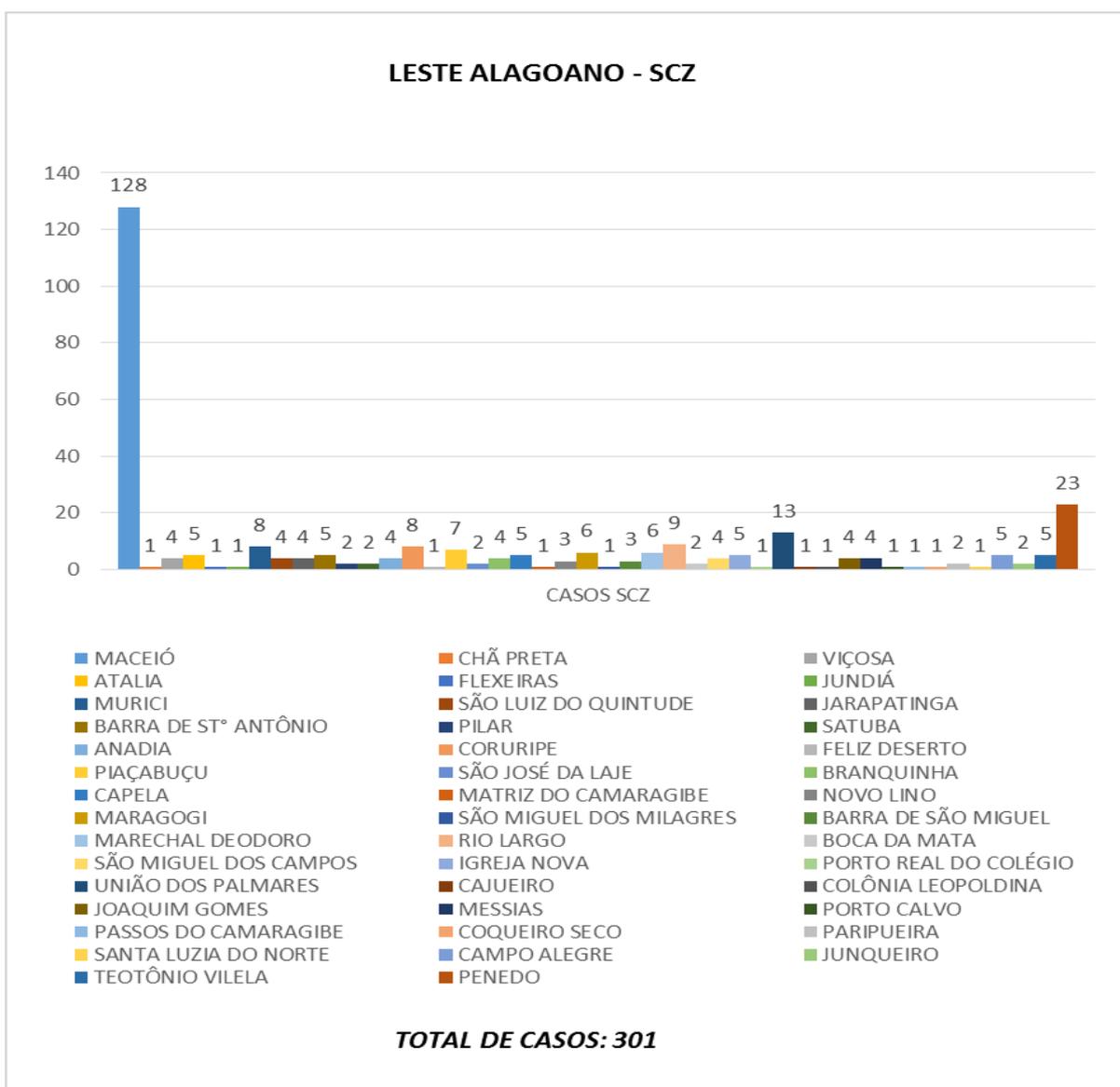
**Gráfico 2 – Casos notificados de SCZ no Agreste Alagoano**



Fonte: As autoras

Assim, no Leste Alagoano, encontramos na capital Maceió o número mais elevado dos casos do Estado com 128 casos registrados, ficando logo atrás a cidade de Penedo com 23 casos e União dos Palmares com 13 casos (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Casos notificados de SCZ no Leste Alagoano**



Fonte: As autoras

Nossa pesquisa mostra que além do aumento das ocorrências de crianças com deficiências decorrentes da SCZ nos últimos anos, muitos municípios têm crianças confirmadas. Do total de 102 municípios alagoanos há registro em 62 deles. Passados três anos do surto, algumas crianças vêm tendo assegurado tratamentos clínicos e terapêuticos em unidades de saúde e instituições especializadas, mas pouquíssimas estão matriculadas em instituições de Educação Infantil.

Esta realidade provoca um novo olhar em relação às políticas públicas direcionadas a essas crianças, que no momento não é eficaz. O censo escolar de 2017 aponta que no cenário educacional crianças com deficiência múltiplas

aparecem de forma tímida ou são invisíveis às políticas educacionais. Aspecto sempre observado nas creches que visitamos em nosso Estado.

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Nota Técnica nº 25/2016, orientar os sistemas de ensino para o acolhimento dos bebês com Microcefalia na Educação Infantil. Grabois (2016, p. 1) defende “que sejam tomadas providências para estimular a matrícula de bebês com microcefalia, de 0 a 3 anos de idade, nas creches públicas inclusivas do sistema de ensino”. As famílias devem reivindicar a matrícula preferencial e vagas nas creches públicas, mobilizando o poder público a garantir formação continuada para os profissionais de educação que atuam com essas crianças e a disponibilização de recursos e serviços para a acessibilidade, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial em uma abordagem de Educação Inclusiva (PNEE-EI/2008). Além de, desenvolver Políticas Intersetoriais com Saúde e Assistência de forma a possibilitar o desenvolvimento pleno e integral destas crianças e apoio às famílias.

Pelas áreas e municípios com maiores índices de casos confirmados sabendo que a maior parte das famílias de crianças com SCZ possuem rendimentos abaixo de um salário mínimo, por isso precisam ser incluídas no Cadastra Único do Ministério do Desenvolvimento Social e ter acesso aos Programas de Benefício do governo federal.

Ao longo desta breve pesquisa, que se inicia, percebemos a urgência de direitos destas crianças e suas famílias. Ações intersetoriais entre Saúde, Assistência Social e Educação precisam ser desenvolvidas, desde a avaliação clínica e acompanhamento do desenvolvimento infantil, somada a inclusão em programas de benefícios para que se encontra em situação de vulnerabilidade até a garantia do direito à educação, em instituições de ensino devidamente preparadas, com profissionais adequados, valorizados e formados.

Lamônica e Ribeiro (2018) destacam a necessidade de políticas públicas efetivas para o atendimento às crianças com SCZ e o papel das instituições na oferta de serviços eficientes e efetivos, de forma a garantir a atenção, o cuidado, a educação e o desenvolvimento destas. O surto do vírus Zika trouxe uma situação inédita para o País, e como ela a necessidade de repensarmos as práticas de estimulação, reabilitação, ensino-aprendizagem e, principalmente, desenvolver políticas públicas.

#### **4 Considerações Finais**

O índice elevado de crianças diagnosticadas com deficiência múltiplas decorrentes do vírus Zika, desperta um alerta às Secretárias de Saúde, Assistência Social e Educação. Após três anos do surto, as Instituições de Educação Infantil são convocadas a promoverem e garantirem o acesso à educação, aumentando o escopo do seu atendimento.

É importante que municípios e Estado conheçam o perfil das crianças com SCZ, a fim de definirem políticas públicas que visam garantia de direitos constitucionais as estas crianças e suas famílias. Bem como, a matrícula em creche e pré-escolas, a oferta de AEE e profissional de apoio escolar. É preciso entender que, o processo de inclusão escolar envolve além do acesso, a permanência, o aprendizado e desenvolvimento pleno de crianças com a SCZ, com a melhoria das condições de acessibilidade das instituições, programas de formação continuada e o fortalecimento de ações intersetoriais.

Portanto, analisamos a situação do nosso Estado no âmbito educacional que hoje se encontra no ano de 2019 as crianças que foram vítimas do surto estarão nas instituições de educação infantil. Logo, verificamos a necessidade de uma pauta educacional nesse contexto para assim possibilitar o acesso e a permanência dessas crianças nas instituições.

## Referências Bibliográficas

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Tabela de Notificação dos casos de Zika em Alagoas**. Mimeo, 2017

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Tabela de Notificação dos casos de Zika em Alagoas**. Mimeo, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Disponível em:

<http://combateaedes.saude.gov.br/images/pdf/Monitoramento-alteracoesZika.pdf>.

Acesso em: 16 out. 2018.

DINIZ, Débora. **Zika em Alagoas: a urgência dos direitos**. Brasília: Letras Livres, 2017

LAMONICA, Dionisia A.; RIBEIRO, Camila C. Zika Vírus, microcefalia e estimulação precoce: a urgência do debate. In: OLIVEIRA, Anna A. PAPIM, Angelo A. PAIXÃO, Katia. **Educação Especial e Inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde**. Curitiba: CRV: 2018